

**AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUL DO BRASIL****FAMILY FARMING: CONTRIBUTIONS TO REGIONAL DEVELOPMENT IN SOUTHERN BRAZIL****AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUCIONES AL DESARROLLO REGIONAL EN EL SUR DE BRASIL**

Marcio Gazolla¹
Alexandre Assis Tomporoski²
Marcelo Antônio Conterato³
Eric Pierre Sabourin⁴
Anelise Graciele Rambo⁵
Maria de Lourdes Bernartt⁶
Daniela Pedrassani⁷

Como citar este editorial: GAZOLLA, Marcio *et al.* Editorial: Agricultura familiar: contribuições para o desenvolvimento regional no sul do Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 1-6, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.4174>

Editorial recebido em: 31/12/2021

Editorial publicado em: 11/02/2022

¹Doutor em Desenvolvimento Rural. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. Brasil. E-mail: marciogazolla1@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4807-6683>

²Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), campus Canoinhas. Brasil. E-mail: alexandre@unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3042-7844>

³Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Brasil. E-mail: marceloconterato.ufrgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8593-6590>

⁴Doutor em Antropologia e Etnologia pela Université de Paris VII - Denis Diderot (1982). Obteve em 2009 a Habilitation à Diriger des Recherches em Antropologia e Sociologia, pela Universidade Paris 1, Panthéon Sorbonne/IEDES. E pesquisador titular em antropologia e sociologia rural do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad). França. E-mail: eric.sabourin@cirad.fr

⁵Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: anelise.rambo@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9974-9844>

⁶PhD em Educação. Mestrado e Doutorado em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campus Pato Branco. Brasil. E-mail: marialbernartt@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8847-5443>

⁷Doutora em Medicina Veterinária Preventiva pela UNESP. Docente da Universidade do Contestado. Brasil. E-mail: daniela@unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6283-4981>

A agricultura familiar (AF) é uma forma social de produção e trabalho predominante em todas as regiões e espaços rurais. No mundo, existem cerca de 570 milhões de unidades de produção, sendo que mais de 90% são familiares, possuindo 75% das terras agrícolas. Esta forma social é ainda responsável por 80% dos alimentos que circulam no mundo, em termos de valores monetários. Na América Latina e Caribe (ALC) a AF totaliza cerca de 17 milhões de unidades, agrupando uma população de 60 milhões de pessoas. Além disso, representa cerca de 75% do total das unidades produtivas da região e, em alguns países, este percentual ultrapassa os 90% (ABRAMOVAY, 1992; WANDERLEY, 1995; FAO, 2014; SABOURIN et al, 2015; LOWDER; SKOET; RANEY, 2016).

Para o caso brasileiro, os dados não são diferentes. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (2019), a AF está presente em 3,9 milhões de unidades, e representa 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estas unidades familiares ocupam uma área de 81 milhões de hectares, possuindo 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários nacionais. A AF mostra relevância por gerar ocupações para a força de trabalho rural, com 10,1 milhões de pessoas, equivalendo a 67% do total de trabalhadores ocupados na agricultura brasileira. Também é responsável por 23% do valor total da produção agropecuária brasileira, o que equivale a R\$ 107 bilhões de reais⁸.

Para a Região Sul do Brasil, as estatísticas censitárias revelam o mesmo perfil de dados. A agricultura familiar presta contribuições importantes para o desenvolvimento regional meridional, pois possui 666 mil estabelecimentos agropecuários (aproximadamente 78% do total), ocupando 27% de toda a área de terras agrícolas. Somando-se a isso, é possível asseverar que a agricultura familiar sul-brasileira abrange 69,05% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, sendo responsável por 36% do valor bruto da produção agropecuária da região, algo em torno de R\$ 43 bilhões de reais (IBGE, 2019).

Além destes dados e estatísticas outras contribuições na literatura evidenciam a importância da agricultura familiar para os processos de desenvolvimento regional. Uma delas está ligada à própria história de desenvolvimento meridional. A Região Sul foi alvo de disputas territoriais entre portugueses e espanhóis e sua forma de organização social espacial efetivou-se com base nas sesmarias e estâncias especializadas na produção (gado, charque). A agricultura familiar constituída via imigrantes europeus, cumpriu os papéis de ocupar o território em disputa, equilibrar as relações de poder rurais com as grandes glebas e produzir e abastecer com alimentos diversificados povoados e cidades nascentes nos territórios (ROCHE, 1969; WAIBEL, 1979).

Os agricultores familiares e suas organizações sociais, dentre elas, as cooperativas, agem na construção social ativa de mercados regionais. O exemplo mais claro é a produção de matérias primas, fibras e produtos agropecuários que circulam nos pequenos e médios municípios e em áreas metropolitanas. Mas a AF não contribui somente com os mercados agropecuários, mas com o conjunto do desenvolvimento regional a partir das atividades rurais não agrícolas e da pluriatividade. Essas atividades, por um lado, incrementam os processos econômicos de geração de renda e de ocupações das famílias rurais. Por outro, produzem vínculos mercantis e empregos entre os espaços rurais e urbanos, que agem no sentido da

⁸ Dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019). Se atualizados estes valores para o ano de 2021, certamente eles seriam bem maiores, já que se passaram quatro anos da realização do levantamento censitário que possui como ano base 2017. Esta observação é válida tanto para os dados nacionais como para os regionais do Sul brasileiro.

aproximar agricultores e pessoas urbanas em atividades econômicas e sociais (SCHNEIDER, 2003).

A AF também constrói mercados alimentares específicos, muito importantes para os processos de abastecimento alimentar local e regional. Estudos têm evidenciado a protuberância da agricultura familiar para abastecer o consumo urbano e regional, a partir de mercados de proximidade social (cadeias curtas como feiras, grupos de consumo), territoriais (vendas por feiras regionais, loja especializada dos agricultores) institucionais (PAA e PNAE) e convencionais (cooperativas, supermercados) (SCHNEIDER; MARQUES; CONTERATO, 2016). Estes mercados têm fornecido alimentos para as populações urbanas e regionais a partir de cadeias curtas e mercados regionais/territoriais (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017; BRANDÃO *et al.*, 2020). Estudos recentes têm ainda ressaltado o papel das plataformas e sites de conexão virtual entre agricultores e consumidores que tem ampliado as oportunidades de comércio, especialmente durante a crise sanitária de Covid-19 (GAZOLLA; AQUINO, 2021).

Outro argumento importante refere-se as estratégias de reprodução social intensivas em força de trabalho da agricultura familiar para viabilizar suas atividades produtivas. Como demonstrou Ploeg (2008), a agricultura familiar e camponesa utiliza essencialmente a força de trabalho de seu núcleo doméstico e as relações de parentesco para forjar seus processos de desenvolvimento. Torna-se assim uma forma social e de trabalho estratégica para gerar ocupações e empregos rurais nas regiões, já que os grupos domésticos mais numerosos atuam diretamente na gestão e trabalho junto aos processos produtivos. Os processos de desenvolvimento regional/territorial, em que a AF está presente de forma majoritária, são diretamente tributários da força de trabalho provenientes deste tipo de agricultura.

A AF também colabora para processos de desenvolvimento regional sustentáveis ao desenvolver relações de coprodução com a natureza, preocupando-se com a conservação da paisagem rural, manutenção do patrimônio natural e com a preservação ambiental, pois muitos agricultores possuem preocupações com as gerações futuras (PLOEG, 2008). Ademais, vários estudos têm evidenciado o papel dos agricultores e seus empreendimentos (por exemplo, agroindústrias e cooperativas) na produção ecológica de alimentos à sociedade, contribuindo para dietas mais saudáveis junto aos consumidores e populações urbanas (TRICHES, 2020). Estes e outros aspectos ligados às questões ambientais podem ajudar na consecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostas como paradigma de desenvolvimento mundial pelas Nações Unidas (UNDP, 2021).

Por fim, outro aspecto importante e que fortalece os processos de desenvolvimento regional vincula-se aos recursos de políticas públicas e do Estado, os quais são transferidos e injetados nas regiões. A agricultura familiar, historicamente, recebe recursos públicos de diversos programas e políticas, os quais, quando chegam aos territórios, são usados pelos agricultores para consumo de bens, serviços e produtos rurais e urbanos, movimentando a economia local. Desde os anos 1990, este processo de apoio do Estado aos agricultores foi potencializado grandemente (GRISA; SCHNEIDER, 2015). São exemplos desta dinâmica os recursos recebidos de transferências sociais (aposentadorias, pensões e Bolsa Família) e de políticas públicas como PRONAF, PAA, Territórios Rurais, dentre outros. Segundo Theis (2019), o apoio às diversas estratégias de reprodução social da agricultura familiar tem potencial na redução das desigualdades regionais, considerada aqui, uma importante estratégia de promoção do desenvolvimento regional.

Em face do exposto, a estrutura do dossiê 'Agricultura familiar e desenvolvimento regional no Sul do Brasil: análises a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017' está organizada em doze (12) artigos, somando-se a este texto de apresentação, redigido pelos Editores Marcio Gazolla, Alexandre Tomporosky, Marcelo Antônio Conterato, Eric Sabourin, Anelise Graciele Rambo, Maria de Lurdes Bernartt e Daniela Pedrassani.

O primeiro artigo, "A agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu "tamanho" e perfil entre os três estados do Sul", de autoria de Alexandre da Silva, Marcio Gazolla e Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, objetivou analisar indicadores da agricultura familiar (AF) no Censo Agropecuário 2017 na Região Sul, desenvolvendo uma comparação do 'tamanho' e perfil da mesma entre os três estados e entre os grupos dos agricultores familiares presentes nas estatísticas censitárias [grupos V (AF-V), B (AF-B) e não Pronafianos (AF-NP)].

O segundo artigo, "Um retrato da reforma agrária na Região Sul do Brasil com base no Censo Agropecuário 2017", de Vicente Penteado Meirelles de Azevedo Marques, Caio Galvão de França e Mauro Eduardo DelGrossi, recorre à construção de tipologias para evidenciar a heterogeneidade do meio rural brasileiro e analisar a diversidade da agricultura familiar, em particular do público dos assentamentos da reforma agrária. O objetivo foi delimitar, identificar e analisar comparativamente os estabelecimentos agropecuários da reforma agrária da Região Sul e discutir suas contribuições para o desenvolvimento rural.

O terceiro texto, "A presença do cooperativismo na agricultura familiar do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo Agropecuário 2017", de Gean Carlos Tomazzoni e Sergio Schneider, apresenta uma caracterização do cooperativismo na agricultura da Região Sul do Brasil, a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. O trabalho identificou e quantificou os estabelecimentos agropecuários que declararam associação com cooperativas por meio do mapeamento de características dos produtores e da produção, das características socioeconômicas e das tipologias da agricultura não-familiar e familiar.

O quarto texto "Análise dos financiamentos para a agricultura familiar na Região Sul e seus estados", de autoria de Leandro Vinicius Carvalho, Roselaine Bonfim de Almeida e Jonathan Gonçalves da Silva, analisou, a partir dos dados do último Censo Agropecuário, as características dos estabelecimentos da Agricultura Familiar (AF) na Região Sul do Brasil e as das suas linhas de financiamento.

O quinto artigo "Um retrato dos agricultores familiares negros no Sul do Brasil", de autoria de Cauê Bráz, Tulani Mathias de Oliveira Silva e Marcelo Antônio Conterato, analisa aspectos dos produtores rurais negros na Região Sul do Brasil, abrangendo as 23 mesorregiões de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A pesquisa destacou informações que possibilitam a análise dos estabelecimentos agropecuários considerando uma variável pouco explorada nos estudos rurais: a raça.

O sexto artigo "Autonomia feminina no campo: um perfil atualizado da Região Sul a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017", de Leonardo Xavier da Silva e Maria Eduarda Ramazini, objetivou traçar o perfil da mulher no campo no Sul do Brasil, a partir de características censitárias disponíveis dos estabelecimentos agropecuários. Foram extraídos

dados do último Censo Agropecuário de 2017 com recorte de gênero e adotando como critério metodológico a divisão entre agricultura familiar e não familiar.

O sétimo texto “Características da agricultura orgânica no Sul do Brasil: evidências a partir do censo Agropecuário 2017”, de Andréia Vigolo Lourenço e Sergio Schneider, objetivou traçar o perfil da agricultura orgânica no Brasil a partir do contexto da Região Sul, delineando um perfil tanto dos estabelecimentos agropecuários quanto dos produtores que a praticam.

O oitavo texto “Competitividade da agricultura familiar no Sul brasileiro”, de autoria de José Ediglê Alcantara Moura e Kilmer Coelho Campos, propõe-se a analisar o desempenho competitivo da agricultura familiar na Região Sul brasileira, especificamente, relacionando os fatores determinantes da competitividade agrícola em relação aos valores da produção.

O nono artigo “Tipos de estabelecimentos agropecuários familiares no Paraná”, de autoria de Antônio Carlos Laurenti, Dimas Soares Júnior e Gustavo Vaz da Costa, expõe, com base no Censo Agropecuário de 2017, a atual composição do conjunto de estabelecimentos agropecuários familiares situados no Paraná, tendo-se como referência os dez principais grupos de atividades agrícolas. Constrói-se uma tipologia interessante entre estabelecimentos especializados e diversificados da agricultura familiar.

O décimo artigo “Processamento de alimentos pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul pelas lentes do Censo Agropecuário 2017”, de Vicente Penteadó Meirelles de Azevedo Marques e Fabiana Thomé da Cruz, caracteriza os estabelecimentos agropecuários familiares do Rio Grande do Sul nos quais há beneficiamento e transformação de alimentos e analisa as condições básicas que permitam inferir em que medida esses estabelecimentos atendem aos regulamentos sanitários vigentes.

O décimo primeiro texto “O desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma leitura a partir de indicadores municipais”, de autoria de Raquel Pereira de Souza e Lucas de Faria Torres, teve por finalidade caracterizar os processos de desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Sul a partir de indicadores multidimensionais, organizados de forma a entender de forma processual o desenvolvimento rural.

O último texto “PRONAF gaúcho: Comparando a distribuição dos recursos com indicadores socioeconômicos e características do meio rural”, de autoria de Ari Söthe, Darlan Nei Writzl e Monize Sâmara Visentini analisa a distribuição dos recursos do PRONAF nos municípios gaúchos, considerando indicadores socioeconômicos e características do meio rural.

Desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. Campinas-SP: Hucitec, 1992.

BRANDÃO, J. B. *et al.* Os mercados de hortifrúti em Santa Maria (RS) - um estudo sobre os tipos de produtores e os canais de comercialização. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 433-460, abr. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Deep roots**. FAO. UK, 2014.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.427-460, jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema da Recuperação Automática de Dados (SIDRA). **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 13 out. 2020.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; RANEY, T. The number, size, and distribution of farms, smallholder farms, and family farms worldwide. **FAO - World Development**. v. 87, p. 16-29, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2008.

UNDP. **United Nations Development Programme**. Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SABOURIN, E. *et al.* Análisis transversal de las políticas sobre agricultura familiar en América Latina. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Eds.) **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe**: nuevas perspectivas. IICA -- San José: C.R.: IICA, 2015.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2017.

SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. Introdução. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**. v. 24, n. 3, p.334-360, set./dez., 2019.

TRICHES, M. R. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, p. 881-894, jul./set. 2020.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande Do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

WANDERLEY, M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**. Campinas, v. 25, n. 2 e 3, maio/dez. 1995.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SUPREN), 1979.